INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO-INDSH
CENTRO HOSPITALAR JEAN BITAR

CNPJ nº 23.453.830/0015-75

Demonstrações Financeiras

Balanço Patrimonial dos Exercícios Findo em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 - Em R$

Ativo	Nota	2017	2016
Circulante		7.447.230	5.889.441
Caixa e equivalentes de caixa	2a e 3	947.776	2.331.552
Contas a receber	1b e 4	5.625.734	2.700.000
Estoques	2b e 5	744.206	757.445
Adiantamento a funcionárias		8.157	974
Adiantamento a fornecedores		104.259	49.734
Outros créditos		9.611	49.736
Despesas Antecipadas		7.487	-
Não Circulante		1.024.777	947.316
Imobilizado líquido	2c e 6	13.442	124.570
Intangível líquido	2e e 6	278.405	361.086
Imobilizado - Contrato de Gestão - líquido	2d e 6	732.930	461.660
Total do Ativo		**8.472.007**	**6.836.757**

Passivo	Nota	2017	2016
Passivo Circulante		**5.877.780**	**4.152.166**
Fornecedores	7	2.630.067	1.267.629
Obrigações trabalhistas	2g e 8	1.461.859	1.189.913
Obrigações sociais		211.062	189.815
Obrigações fiscais		59.672	132.855
Outras contas a pagar	09	634.623	1.149.421
Obrigações para Investimento		880.497	222.533
Não Circulante		**732.930**	**461.660**
Receitas Diferidas	10	732.930	461.660
Patrimônio Líquido		**1.861.297**	**2.222.931**
Patrimônio Social		2.222.931	-
Transferências		(44.952)	-
Ajustes exercício anterior		138.975	-
Déficit do exercício		(455.657)	2.222.931
Total do Passivo		**8.472.007**	**6.836.757**

As Notas Explicativas São Parte Integrante das Demonstrações Contábeis

Demonstração do Resultado dos Exercícios Findo em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 - Em R$

Descrição	Nota	2017	2016
Receitas			
Serviços prestados pacientes SUS		33.100.000	25.300.000
Total		**33.100.000**	**25.300.000**
Despesas		**(33.657.263)**	**(23.150.899)**
Pessoal e encargos		(10.772.256)	(7.133.366)
Serviços de terceiros		(14.511.060)	(9.405.651)
Materiais e medicamentos		(4.828.804)	(3.337.913)
Impostos, taxas e contribuições,		(35.908)	(5.679)
Depreciação/amortização		(157.450)	(70.694)
Despesa - renúncia fiscal	11	(3.588.263)	(2.379.138)
(-) Receita - renúncia fiscal	11	3.588.263	2.379.138
Despesas gerais		(3.388.072)	(3.212.588)
Despesas financeiras		(83.502)	(102.130)
Receitas financeiras		119.789	117.122
Resultado Operacional		**(557.263)**	**2.149.101**
Outras Receitas		**101.606**	**73.830**
Outras receitas		71.747	73.830
Doação em material		29.859	-
Déficit Exercício		**(455.657)**	**2.222.931**

As Notas Explicativas São Parte Integrante das Demonstrações Contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 - Em R$

Descrição	Patrimônio Social	Transferência	Ajustes Exercício Anterior	Superávit do Exercício	Total
Em 31 de dezembro de 2015	-	-	-	-	-
Superávit do período	-	-	-	2.222.931	2.222.931
Em 31 de dezembro de 2016	-	-	-	**2.222.931**	**2.222.931**
Incorporação ao patrimônio social	2.222.931	-	-	(2.222.931)	-
Transferências	-	(44.952)	-	-	(44.952)
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	138.975	-	138.975
Déficit do período	-	-	-	(455.657)	(455.657)
Em 31 de dezembro de 2017	**2.222.931**	**(44.952)**	**138.975**	**(455.657)**	**1.861.297**

As Notas Explicativas São Parte Integrante das Demonstrações Contábeis

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 - Em R$

Eventos	2017	2016
Déficit do exercício	(455.657)	2.222.931
Transferência	(44.952)	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	138.975	-
Depreciação/amortizações	157.450	70.694
(=) Total do ajuste líquido	**(204.184)**	**2.293.625**
Variações no circulante das contas de ativo e passivo	**(944.681)**	**605.937**
Aumento/redução dos créditos-circulante	(2.947.317)	(2.749.736)
Aumento/redução de estoques	13.239	(757.445)
Aumento/ redução das desp. do exercício seguinte	(7.487)	(50.708)
Aumento/redução de fornecedores	1.362.438	1.267.629
Aumento/redução de obrigações trabalhistas	271.946	1.189.913
Aumento/redução de obrigações sociais	21.247	189.815
Aumento/redução de obrigações tributárias	(73.183)	132.854
Aumento/redução de outras obrigações	143.166	921.954
Aumento/redução das obrigações - não circulante	271.270	461.661
(=) Caixa liquido proveniente das atividades operacionais	**(1.148.865)**	**2.899.562**
Atividades de investimentos	**(234.911)**	**(1.018.010)**
Aquisição de imobilizado	(234.911)	(604.606)
Aquisição de bens do intangível	-	(413.404)
Atividades de financiamentos	**-**	**450.000**
Aumento/redução de outras obrigações - circulante	-	450.000
(=) Variação do caixa e equivalente	**(1.383.776)**	**2.331.552**
Saldo existente no inicio do exercício	2.331.552	-
Saldo existente no final do exercício	947.776	2.331.552
(=) Resultado final de caixa (disponível)	**(1.383.776)**	**2.331.552**

As Notas Explicativas São Parte Integrante das Demonstrações Contábeis

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2017 - Em R$

1- Contexto Operacional: a) Objetivos Sociais: O Centro Hospitalar Jean Bitar (CHJB) está localizado em Belém (PA), e faz parte da rede pública do estado. O hospital atende uma população 1,4 milhão de pessoas da região metropolitana de Belém, composta por mais sete municípios. A unidade oferece assistência de média e alta complexidade nas especialidades de cirurgia endocrinologia, reumatologia, geriatria, além de ser referência em cirurgias bariátricas com 70 leitos, incluindo unidade de terapia intensiva (UTI). Todos esses serviços contam com o suporte de apoio diagnóstico e terapêutico com análises clínicas e outros exames especializados. **b) Contrato de Gestão:** O Centro Hospitalar Jean Bitar (CHJB) é administrado desde março de 2016 por meio de contrato de gestão pelo *Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH* 23.453.830/0001-70, entidade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, beneficente, filantrópica. O INDSH é considerado de utilidade pública pelo Decreto Federal nº 50.517/61, publicado no DOU em 23/12/1970, declarado de Utilidade Pública Estadual pela Lei Estadual n° 5.341/1969, declarado de Utilidade Pública Municipal pela Lei Municipal nº 416. Portador do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde - CEBAS, renovado em 2015 através da Portaria SAS – MS nº 1.347 de 23.12.2015, para o triênio 1º janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2017, em 08.12.2017 protocolamos o requerimento para renovação do triênio 1º janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2020, sendo deferido pela portaria nº 78 de 18.01.2018, Ministério da Saúde. **2. Apresentações das Demonstrações Financeiras e Principais Práticas Contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com a Lei 6.404/76,11.638/2007 e 11.941/2009, e as NBC – Normas Brasileiras de Contabilidade instituídas pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade, bem como a Resolução 1.409/2012, que aprovou a NBC ITG 2002, a lei n° 12.101/2009, que dispõem sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e regulam os procedimentos de isenção de contribuição para a seguridade social a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidades de lucros. Os sumários das principais práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações contábeis são: **a) Caixa e equivalente de caixa:** São representados por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. **b) Estoques:** São demonstrados ao custo médio de aquisição, inferior ou igual ao preço de mercado. **c) Ativo imobilizado de institucional:** Os imobilizados são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzindo de depreciação acumulada, sendo calculado pelo método linear e leva em conta o período de vida útil e econômica do bem. **d) Ativo imobilizado de contrato de gestão:** Os imobilizados de Contrato de Gestão são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção adquiridos por meio de repasse de verbas específica para este fim conforme o contrato de gestão, deduzindo de depreciação acumulada, sendo calculado pelo método linear e leva em conta o período de vida útil e econômica do bem. **e) Ativo intangível de gestão pública:** Os intangíveis refletem os custos com direitos de uso de software. E estão sendo amortizados a taxas lineares. **f) Apuração do resultado do exercício:** As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. **g) Provisão para férias e encargos:** Estão provisionadas integralmente pela parte vencida e proporcional a vencer, inclusive com os respectivos encargos sociais até a data do balanço. **h) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os ativos são reconhecidos quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade. Os passivos são reconhecidos quando a Entidade possui a obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. Referidos ativos e passivos são acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. **i) Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Nas transações de 2016 não houve operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se devessem ser ajustadas a valor presente. **j) Patrimônio líquido:** O Grupo Patrimônio Líquido é representado pelo Patrimônio Social acrescido pelos resultados apurados e incorporados anualmente, após deliberação em Assembleia Geral Ordinária.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa

Descrição	2017	2016
Caixa	189	-
Banco conta movimento	113.209	351.435
Aplicações financeiras de liquidez imediata	834.378	1.980.117
	947.776	**2.331.552**

4. Contas Receber: Referem-se a contas a receber de contrato de gestão com a Secretária do Estado do Pará.

Descrição	2017	2016
Contrato de gestão número 002/2016 - SESPA	5.600.000	2.700.000
Contas a receber hospitais	25.734	-
	5.625.734	**2.700.000**

5. Estoques:

Descrição	2017	2016
Drogas e Medicamentos	216.660	230.072
Dietas Enterais e Parenterais	29.422	8.601
Fios Cirúrgicos	52.629	69.282
Filmes e Químicos	1.635	907
Materiais de uso do paciente	218.111	215.769
Produtos de Limpeza	26.254	46.858
Demais materiais	199.495	185.926
	744.206	**757.415**

6. Imobilizado: Imobilizado contrato de Gestão.

	Equip. Informática 20%	Obras em Andamento	Direito Uso	Total
Valor líquido contábil	**20.014**	**107.125**	**413.404**	**540.543**
Em 31 de dezembro de 2016				
Saldo Inicial	20.014	107.125	413.404	540.543
Depreciação	(2.569)	-	(52.318)	(54.887)
Saldo Final	**17.445**	**107.125**	**361.086**	**485.656**
Em 31 de dezembro de 2017				
Saldo inicial	17.445	107.125	361.086	485.656
Adiçoes	-	107.125	-	107.125
Baixas	-	(214.250)	-	(214.250)
Depreciação	(4.003)	-	(82.681)	(86.684)
Valor líquido contábil	**13.442**	**-**	**278.405**	**291.847**

Imobilizado contrato de Gestão com recursos investimento

	Aparelhos Med. e Cirurg 10%	Equip. Informática 20%	Instrumentos Cirurgicos 10%	Maquinas e Equip. 10%	Móveis e Utensílios 10%	Benfeitorias	Total
Valor líquido contábil	**300.304**	**77.009**	**54.140**	**5.497**	**40.516**	**-**	**477.466**
Em 31 de dezembro de 2016							
Saldo Inicial	300.304	77.009	54.140	5.497	40.516	-	477.466
Depreciação	(8.314)	(5.105)	(1.335)	(76)	(976)	-	(15.806)
Saldo Final	**291.990**	**71.904**	**52.805**	**5.421**	**39.540**	**-**	**461.660**
Em 31 de dezembro de 2017							
Custo	291.990	71.904	52.805	5.421	39.540	-	461.660
Adições	35.800	10.474	-	52.006	29.505	214.250	342.035
Depreciação	(30.399)	(16.381)	(5.413)	(3.055)	(4.805)	(10.712)	(70.765)
Valor líquido contábil	**297.391**	**65.997**	**47.392**	**54.372**	**64.240**	**203.538**	**732.930**

7. Fornecedores:

Descrição	2017	2016
Materiais e medicamentos	491.382	638.587
Serviços pessoa juridica	600.011	163.162
Serviços médicos	1.524.762	465.880
Diversos	13.912	-
	2.630.067	**1.267.629**

8. Obrigações Trabalhistas:

Descrição	2017	2016
Obrigações trabalhistas	604.145	542.612
Provisão férias	794.196	593.857
Provisão PIS s/férias	-	5.937
Provisões FGTS s/férias	63.518	47.507
Total	**1.461.859**	**1.189.913**

continua

continuação

9. Outras Contas a Pagar

Descrição	2017	2016
Contas a pagar	-	392.656
Sede administrativa	140.000	302.177
Concessionária	-	4.588
Central Serviços Administrativos	44.623	-
Contas a pagar hospitais	450.000	450.000
Total	**634.623**	**1.149.421**

10.Receitas Diferidas: O hospital recebeu em 2017 o total de R$ 1.000.000 como verba para investimento, utilizado no exercício de 2017 o montante de R$ 819.502. O montante demonstrado no grupo de receita diferida em 31/12/2017, refere-se à entrada do imobilizado com o contrato de gestão no hospital, contabilizando a depreciação mensal dos bens na conta receita diferida no passivo conforme abaixo:

Descrição	2017	2016
Imobilizado – contrato de gestão	819.502	477.466
Total investido em ativo	**819.502**	**477.466**
Depreciação/amortização acumulada	(86.572)	(15.806)
Total imobilizado/intangível líquido	732.930	461.660
Receita diferida	**732.930**	**461.660**

11. Isenções Usufruídas: Como entidade beneficente, sem fins lucrativos, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano não distribui parcela de seu patrimônio, ou de suas rendas, a título de lucro ou participação no resultado, aplica integralmente no país os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com o dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional - CTN O valor da isenção do recolhimento da contribuição patronal sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados e contabilizado, como se devido fosse.

Descrição	2017	2016
Isenção das contribuições previdenciária	2.594.983	1.618.397
COFINS	993.890	760.741
Total	**3.588.873**	**2.379.138**

Belém/PA, 31 de dezembro de 2017 **Giovani Luís Padão Merenda** - Diretor Executivo - CPF: 539.924.660-00 **Maiara Cardoso da Silva Cravo** - Contadora - CRC PA – 019966/O

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis

À Diretoria do **Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH - Hospital Jean Bitar -** Belém – PA. Examinamos as demonstrações contábeis do **Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH / Hospital Jean Bitar,** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do déficit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH / Hospital Jean Bitar**, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2018.

Planners Auditores Independentes
CRC.SP, Nº 2SP 14.712/O-2
Fabio de Farias Vieira
Contador - CRC 1SP 218.852/O-0
Auditor Independente – CNAI 2.452

Protocolo: 306638

Imprensa Oficial do Estado
GOVERNO DO PARÁ
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas - ICP-Brasil, instituída através de medida provisória nº. 2.200-2. Autoridade Certificadora emissora: AC Imprensa Oficial SP. A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.ioepa.com.br,